

# Denúncia foi barrada. Qual o impacto para a governabilidade de Temer

03/08/2017

---

\*José Roberto Castro e Nivaldo Souza ([Nexo Jornal](#)) |

A Câmara dos Deputados negou, na quarta-feira (2), autorização para o Supremo Tribunal Federal avaliar a denúncia contra o presidente Michel Temer por corrupção passiva. A acusação da Procuradoria-Geral da República contra o presidente precisava do aval de 342 deputados para seguir adiante, mas recebeu apenas 227 e foi arquivada. O governo trabalhou nos bastidores pelos votos necessários. Nos últimos dias, intensificou as negociações com a base aliada. Exonerado do cargo de ministro da Secretaria de Governo para ampliar o número de votos, o deputado Antônio Imbassahy (PSDB-BA) circulou pelo plenário distribuindo promessas de dinheiro para emendas de parlamentares horas antes da votação decisiva. Temer negociou apoios pessoalmente nos últimos dias. Ele fez corpo a corpo em almoços e jantares, editou uma medida provisória para fidelizar a bancada ruralista, ligou para deputados e recebeu governadores em seu gabinete.

## *O placar e o futuro do governo*

Os números da votação são um indicativo da força ou da dificuldade do governo daqui para frente. Pelo menos mais uma denúncia deve ser oferecida contra Temer pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, fruto da delação premiada dos donos da JBS. Janot não mencionou na primeira denúncia a suspeita de que Temer teria agido para comprar o silêncio do aliado Eduardo Cunha, ex-presidente da Câmara preso e condenado por corrupção. Além da nova denúncia, Temer tem como principal desafio a aprovação da reforma da Previdência. Os 263 votos que o governo conseguiu no arquivamento da denúncia, por exemplo, não são suficientes para aprovar as mudanças nas aposentadorias na Câmara. Uma Proposta de Emenda à Constituição, como é o caso da reforma da Previdência, precisa de 308 votos entre os deputados e 49 entre os senadores. Sobre o futuro da relação do governo com o Legislativo, o Nexo conversou com dois cientistas políticos.

**Carlos Pereira**, professor da FGV-EBAPE (Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas)

**William Nozaki**, professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP-SP).

## **O que o resultado diz sobre a força política de Temer?**

CARLOS PEREIRA O governo mostrou vigor. Um presidente impopular, que está com uma agenda que impõe perdas a setores da sociedade, conseguiu barrar uma denúncia bem formulada pela Procuradoria-Geral da República, com mala de dinheiro e gravação do presidente. Isso, sem dúvida, mostra que o Legislativo deu suporte. Isso se deve, fundamentalmente, à sua capacidade de gerenciar a coalizão. A coalizão é um espelho do que a maioria do Congresso deseja e o resultado mostra que ela não quebrou. Mas o número ficou abaixo [do esperado]. Uma razão possível é que o governo fez maioria muito cedo, aí parlamentares com base eleitoral mais sensível a demandas de combate à corrupção se sentiram mais livres, a maioria já estava formada. Votou sincero porque não precisava votar estratégico. Agora a chance de o governo continuar sobrevivendo é perseguir a agenda de reformas, é ela que cria laços com a coalizão que o apoia. Não só no Congresso: empresários, banqueiros, setores da sociedade e da mídia se mantêm com o apoio a essa agenda.

WILLIAM NOZAKI A votação que impediu o avanço do julgamento de Michel Temer consolida a marca da impunidade em um governo já caracterizado pela ilegitimidade e a impopularidade. O presidente governa de costas para a população e de cócoras para o Congresso. Diante da votação de hoje, o que se revela é uma dinâmica política caracterizada cada vez mais por um equilíbrio instável entre Executivo e Legislativo. O Executivo pratica suborno com recursos e cargos, nomeando isso de negociação política. Enquanto o Legislativo chantageia o governo com pedidos e exigências, chamando isso de apoio parlamentar. Por trás da vitória aparente, portanto, o que se explicita é um governo refém do Parlamento.

### **O que esperar da relação entre Temer e o Congresso agora?**

CARLOS PEREIRA Quanto mais o presidente mostrar vulnerabilidade externa, maior será o poder de barganha dos partidos. Denúncia de corrupção e popularidade baixa encarecem o apoio. Por outro lado, ele mostrou vigor e ganhou o jogo, um jogo que é dinâmico. Mas que eu não acredito que vá alterar muito. Se não acontecerem os imponderáveis, as chances de governar até o final do mandato com essa agenda de reformas é enorme. Se a economia melhorar, não me surpreenderei se o PMDB tiver candidato à Presidência.

WILLIAM NOZAKI Nos próximos meses, é muito provável que o governo tenha que ceder a mais barganhas dos que votaram com Temer. Isso deve gerar ainda mais ônus para os cofres públicos, dificultando a saída da crise econômica. Além disso, o governo sofrerá mais reveses, sobretudo, entre a parcela da atual base aliada que votou contra Temer, o que deve prolongar a instabilidade política. É possível que haja algumas mudanças ministeriais a fim de se conformar esse novo cenário de correlação de forças políticas. Ou o governo tentará algum nível de renegociação com o PSDB em torno da agenda das reformas ou buscará conformar um “novo centro” com os partidos menores, vitaminando ainda mais interesses personalistas e paroquiais.

### **Como fica o governo com o PSDB, principal fiador político de Temer que votou rachado na denúncia?**

CARLOS PEREIRA Temer se fragilizará muito em ficar sem o PSDB, mas não acredito que isso acontecerá no curto prazo. Existe um grupo forte que quer a permanência, outro que acha que é hora de se distanciar. Ainda é cedo para dizer quem vai ser capaz de ganhar a disputa. Mas para a aprovação das reformas, a situação é melhor para o governo [em relação ao PSDB]. As reformas estão no âmago do que o PSDB acredita e defende.

WILLIAM NOZAKI Nas próximas semanas, as movimentações do PSDB devem ser observadas com atenção. Os rachas da bancada do partido no processo de votação sinalizam mais turbulências no horizonte. O PMDB e o PSDB parecem viver papéis trocados diante daquilo com que estavam acostumados tradicionalmente. O PMDB tem dificuldade de implementar um projeto eficiente de Estado mínimo, pois depende do fisiologismo da máquina pública. O PSDB tem dificuldade de se comportar apenas como fiador da base governista diante das suas pretensões eleitorais. Com isso, a relação de desconfiança entre ambos é e será permanente. Devido ao impacto do “efeito Joesley” sobre o senador Aécio Neves (MG), o pêndulo tucano parece fortalecer a linha tática de Geraldo Alckmin (SP), com um afastamento relativo e paulatino entre PSDB e PMDB. Evidentemente, os próximos passos da Operação Lava Jato e novas delações podem alterar o cenário.

*Publicado em [Nexo Jornal](#)*

Compartilhe nas redes: